

MINUTA
ATA DA 35ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

DATA: 01.10.2010 às 09:00 horas

LOCAL: Fundação Centro de Tecnologia Hidráulica, situada à Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária (USP), Butantã, São Paulo.

PARTICIPANTES:

Eduardo Fukano – Sind. Rural Piedade/FAESP
Eloisa Mannis - FIESP
Gilmar Mangueira – PM São Bernardo do Campo
João Cabrera Filho – P. M. Tapiratiba
Laura Stela N. Perez – SMA/CRHi
Mariza G. Prota – SSE/Sabesp
Miron Rodrigues da Cunha – CDPEMA

CONVIDADOS:

Ariane Coelho Donatti – SMA/CRHi
Leila Cristina Mortari – SMA/CRHi
Érica M. de Barros - FAESP
Hélio César Suleiman – DAEE/CBH-TG
Leila Cristina Mortari – SMA/CRHi
Maria Cecília de Andrade Silva – DAEE/CBH-SJD
Priscila Silvério Sleutjes - ASPIPP

COORDENAÇÃO:

Laura Stela Naliato Perez – CRHi/SMA – laurap@ambiente.sp.gov.br

RELATORIA:

Leila Cristina Mortari – CRHi/SMA – leilacm@ambiente.sp.gov.br

Lista de presença arquivada na Coordenação da CTCob.

Pauta:

1. Aprovação da Ata da reunião anterior
2. Estudo de Fundamentação da Cobrança e Deliberação do CBH Baixo Pardo/Grande

Discussão dos itens da pauta:

- 1
- 2 A Sra. Laura realizou a abertura da reunião. Os participantes da Câmara chegaram ao
- 3 acordo que, como poucos membros estavam analisando as propostas de cobrança dos
- 4 Comitês de Bacia, o que gerava uma sobrecarga para estes e pouca participação dos
- 5 demais durante as reuniões, as próximas propostas serão distribuídas a todos os membros,
- 6 que deverão manifestar análise de acordo com suas competências e possibilidades. Desse
- 7 modo haverá maior eficiência e legitimidade nas análises realizadas pela CTCob.
- 8
- 9 **1. Aprovação da Ata da reunião anterior**
- 10 A Ata da 34ª reunião foi aprovada após as seguintes alterações:
- 11 1. Separar, na lista de participantes, os membros e os convidados, incluindo as Secretarias,
- 12 Comitês de Bacia etc. a que pertencem. Incluir a Sra. Yara Chagas, que estava presente
- 13 porém não assinou a lista.

14 2. Explicitar que a análise da proposta de cobrança do CBH-SM teve início às 17h e
15 conclusão às 19h, e que devido ao horário participaram da análise apenas 3 membros da
16 CTCob.

17

18 **2. Estudo de Fundamentação da Cobrança CBH BPG**

19 Esta etapa da reunião teve por objetivo analisar a proposição do CBH BPG que define
20 mecanismos e valores para implantação da cobrança industrial e urbana pela utilização dos
21 recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo. Foi registrada a manifestação dos
22 membros da CTCob quanto à sugestão de eventuais alterações ou correções que venham a
23 ajustar o texto da Deliberação e de sua justificativa técnica aos instrumentos legais já
24 existentes ou ao seu perfeito entendimento. Posteriormente, caberá ao CBH acatar ou não
25 as sugestões apresentadas, as quais poderão apenas configurar-se como manifestação da
26 CTCob para orientar o *referendum* do CRH.

27 As seguintes alterações na proposta de cobrança industrial e urbana do CBH BPG foram
28 registradas:

29

30 **CBH-BPG - Estudo de Fundamentação**

31 Sugere-se:

- 32 1. Ordenar os itens do Estudo de acordo com a Deliberação CRH 111.
- 33 2. Os “subtítulos” dos Itens do Estudo, que na verdade são trechos da Deliberação 111,
34 devem ser citados como tais, para evitar confusão na leitura. Por exemplo: “Em
35 atendimento ao Item __ do Artigo 1º da Deliberação CRH nº111/09: (redação do
36 respectivo Item)”
- 37 3. Fazer uma revisão ortográfica, semântica e gramatical nos textos do Estudo. Atentar às
38 notações e termos técnicos, utilizar a ortografia convencional (p.ex. “pH” ao invés de
39 “Ph”).
- 40 4. Ao longo de todo o Estudo, incluir os municípios com sede fora da UGRHI nos dados de
41 municípios apresentados.
- 42 5. Fazer a distinção de corpos d’água federais, que não são considerados na cobrança a
43 UGRHI. Incluir consideração a respeito, na caracterização da UGRHI e onde houver
44 relevância.
- 45 6. Pág. 7 Item 2.1 Corpos hídricos não são considerados uma classe de uso do solo.
46 Dentre as classes, faltou citar a área urbana.
- 47 7. Pág. 11 Item 2.3 Melhorar o trecho “lavouras permanentes, temporárias e pecuárias”.
- 48 8. Pág. 11 Item 2.3 Setor Primário: resumir, pois o foco desse estudo é a cobrança urbana
49 e industrial. Poupar detalhes para fundamentação da cobrança rural.
- 50 9. Pág. 13 Cultura de cana-de-açúcar não é considerada uma lavoura temporária.
- 51 10. Pág. 16 Item 2.6 Melhorar a frase “Por esse motivo...”, pois parece que um parâmetro é
52 substituível por outro. Especificar qual parâmetro foi utilizado no estudo.
- 53 11. Pág. 15 Tabela 6 Os dados estão diferentes do indicado na avaliação de impacto no
54 setor industrial.
- 55 12. Pág. 16 Item 2.6 Incluir nesse item, antes da tabela 7, as distinções de domínio estadual
56 e federal dos corpos d’água.
- 57 13. Pág. 18 O texto abaixo da tabela 8 fica melhor no início do Item, para se entender
58 melhor os valores nas tabelas.
- 59 14. Pág. 18 Item 2.6.1 Nesse item é ideal distinguir os corpos d’água federais e estaduais.
60 Incluir observação sobre o que será considerado para a cobrança, e o que não será
61 (domínio federal). É necessária maior atenção a esse detalhe.
- 62 15. Pág. 23 Item 2.7 Mostrar todos os pontos (os novos e também os anteriores) no mesmo
63 mapa. Descrever também os novos pontos no Quadro 5.
- 64 16. Pág. 26 Em quais parâmetros os pontos não atendem a Resolução CONAMA? Por quê?
65 Verificar a informação, pois o Estado não pode ser menos restritivo que o CONAMA.
- 66 17. Pág. 30 Item 2.8 Verificar a porcentagem de poços outorgados, pois 20/37 é uma
67 porcentagem maior que 50%. Foi utilizado o número de poços ou a vazão? Considerar a
68 vazão. Há estimativa de vazão dos poços não outorgados?
- 69 18. Pág. 31 O texto abaixo do Quadro 10 refere-se ao “Quadro 5 acima”. Verificar.

- 70 19. Pág. 31 A última frase está solta no texto, qual o sentido? Contextualizar a informação –
71 será utilizada posteriormente? Que tipo de carga poluidora? Qual a consequência?
- 72 20. Pág. 35 Item 4 Resumir o texto, de modo que seja mais objetivo. O histórico sobre o
73 sistema de recursos hídricos é desnecessário, restringir-se à utilização de recursos na
74 UGRHI 12.
- 75 21. Pág. 38 Quadro 11 Verificar a data do Plano de Bacia (“2008-2011”).
- 76 22. Pág. 48 Item 5 Este item cabe melhor no final do Estudo, com indicação de quais são as
77 páginas referentes a cada item.
- 78 23. Pág. 48 Item 5.1 O cadastro a ser elaborado não servirá de base, mas sim
79 complementar as informações do cadastro oficial do DAEE. O contrato vai aprimorar o
80 cadastro existente, que deve ser continuamente alimentado. Qual o prazo para
81 realização do cadastro contratado? Indicar que estará pronto quando do Ato
82 Convocatório. Explicar melhor a contratação para elaboração do cadastro (contratação
83 realizada pelo DAEE para 4 UGRHIs, etc.).
- 84 24. Pág. 49 Item 5.2 Excluir o texto, pois está equivocado. O que a Deliberação 111 solicita
85 é a aprovação pelo CRH dos limites e condicionantes definidos para a UGRHI 12.
- 86 25. Pág. 49 Item 5.4 Excluir o texto, pois se trata do próprio Estudo de Fundamentação.
- 87 26. Pág. 50 Itens 5.5 e 5.6 são desnecessários, pois tratam de etapas posteriores.
- 88 27. Pág. 52 Incluir comentário sobre a impossibilidade de se cumprir a data de previsão do
89 início da cobrança. Citar a atualização do cronograma.
- 90 28. Pág. 54 Unir a informação sobre o cadastro às informações anteriores, que estão
91 incompletas. Explicar melhor os 2650 usos – são apenas novos usos ou são todos os
92 existentes? Na página seguinte consta que a UGRHI possui 1777 direitos de usos.
- 93 29. Pág. 55 Item 8 As informações sobre o cadastro estão dispersas no texto – organizar
94 melhor e uni-las em um item.
- 95 30. Pág. 80 O último parágrafo está levando a entender que a cobrança é inviável na
96 UGRHI, e trata de questões que não vêm ao mérito do Estudo. Pode ser excluído.
- 97 31. Pág. 84 Item 13 O plano de investimento deve considerar e traduzir o que está no Plano
98 de Bacias. Se esse plano de investimento não está no Plano de Bacias, não pode ser
99 aprovado. O item XVIII da Deliberação 111 está afeto ao Plano de Bacias. Rever todo o
100 item 13, pois está dando maior enfoque aos problemas existentes do que à viabilidade
101 da cobrança. De acordo com este Item, a cobrança se torna inviável.
- 102 32. Pág. 88 Item 13.8 Rever os dois primeiros parágrafos.
- 103 33. Pág. 89 Rever o último parágrafo, pois se tais constatações tornam a aprovação do
104 estudo uma inconseqüência.
- 105 34. Pág. 91 A frase “Visto Também...” precisa ser contextualizada e melhor escrita.
- 106 35. Pág. 93 Tabela 38 Corrigir os anos 2011, 2012, 2013 para 1º ano, 2º ano e 3º ano.
- 107 36. Pág. 97 Rever O parágrafo “A UGRHI apresenta-se...”. A criticidade da Bacia não é
108 determinada pelos indicadores da cobrança (valores da Deliberação CRH 90). Não é
109 necessário classificar a criticidade da Bacia para se estabelecer os indicadores. Se não
110 há dados suficientes, não se pode estabelecer valor diferente de 1 para o coeficiente. A
111 tabela e o texto estão incompatíveis.
- 112 37. Pág. 104 A frase “No Parágrafo 2º...” deve ser reescrita e transformada em duas.
113 Revisar, pois a frase propõe que não será assimilada a informação dos usuários, o que
114 não é permitido. Pela frase, não se consegue entender as condições.
- 115 38. Pág. 111 Especificar valor considerado uso insignificante.
- 116 39. Págs. 107, 109 e 110 Tabelas 48, 50 e 51 Corrigir “Solução” para “Solução Alternativa”.
- 117 40. Pág. 113 Especificar o que é 1º ano – 1º ano fiscal? Quantos meses serão cobrados no
118 1º ano? Considerar o caso de serem cobrados menos de 12 meses.
- 119 41. Pág. 122 Item 1.5.1.2 A divisão dos usuários industriais em categorias difere da divisão
120 no início do Estudo (págs. 15 e 71). Também não são apresentados números, ou seja,
121 não se consegue saber a que se referem os valores e porcentagens apresentados, e
122 não se consegue conferir os cálculos. Rever todo o trecho que diz respeito à indústria. A
123 caracterização do universo de usuários deve condizer com a simulação realizada.
- 124 42. Pág. 124 Tabela 64 Indicar o número existente de cada tipo de estabelecimento.

- 125 43. Pág. 130 A distribuição de recursos deve ser feita de acordo com o Plano de Bacias.
126 Identificar quais ações do Plano serão beneficiadas com a cobrança. Se não há um
127 plano quadrienal no Plano de Bacias, não há como aprovar a cobrança.
128 44. Pág. 134 Rever cálculos de investimentos com a cobrança. Os recursos da cobrança
129 não representam 66% do total (3 milhões). O item 18 não está atendendo o Item VII da
130 Deliberação 111.
131 45. Pág. 134 Item 19 Rever o item. Restringir a viabilidade da agência aos modos da
132 legislação estadual.
133 46. Pág. 139 Considerações Finais: item desnecessário. O estudo tem como objetivo
134 fundamentar a cobrança. Concluir a viabilidade da cobrança do modo em que está não é
135 cabível.
136 Itens da Deliberação CRH 111/09 considerados não atendidos: V, VII, VIII, XII, XV, XVI.
137

138 **3. Estudo de Fundamentação da Cobrança e Deliberação CBH SMG**

139 A proposta de cobrança do CBH-SMG foi distribuída para análise e manifestação dos
140 membros da CTCob, que deverão encaminhar a análise para a Sra. Laura por e-mail até o
141 dia 07.10.2010.
142

143 **Próxima reunião:**

144 Será realizada uma reunião conjunta entre as Câmaras Técnicas de Cobrança – CTCob, de
145 Assuntos Jurídicos e Institucionais – CTAJI e de Planejamento – CTPLAN, para análise das
146 propostas de cobrança dos CBHs Pardo, Mogi, RB, SM, SMG e BPG. A reunião será no dia
147 18.10.2010 às 9h na Fundação Centro de Tecnologia Hidráulica, situada à Av. Professor
148 Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária (USP), Butantã, São Paulo.
149

150
151
152 **Laura Stela Naliato Perez**
153 Coordenadora da CTCob

Leila Cristina Mortari
Relatora da CTCob